

A violência doméstica, o desenvolvimento infantil e a creche

Domestic violence, child development and daycare

Michelle Cristine e Tomaz de Oliveira¹

Eduardo Daminini²

Hilda Rosa Avoglia³

Miria Benincasa⁴

Resumo: A realidade da violência doméstica no Brasil tem apresentado índices muito superiores em relação a países desenvolvidos, ou seja, os índices atuais revelam significativo aumento na exposição de crianças à contextos de violência ocasionados pelos genitores ou parceiros de suas progenitoras. A partir dessas informações, este estudo teve como objetivo verificar se o desenvolvimento infantil de bebês e crianças, frequentadoras de creches de um município do grande ABC, foi impactado pela violência doméstica sofrida por suas mães. Os instrumentos utilizados foram a Escala de desenvolvimento infantil Bayley III e um questionário sociodemográfico. Participaram 82 mães e/ou responsáveis. Os resultados obtidos no presente estudo não apontaram diferenças significativas no desenvolvimento dos participantes. Discutindo os resultados, verificou-se que os bebês e crianças avaliados tinham em comum a frequência diária em creches municipais, corroborando com a hipótese de que as oito horas diárias que os participantes permaneciam nas creches pareceram atenuar os impactos da violência doméstica sofrida por suas mães, de modo a fornecerem condições para que as crianças e bebês se desenvolvam dentro do esperado na curva de desenvolvimento das referidas faixas etárias.

Palavras-Chave: Violência doméstica; Desenvolvimento Infantil; Bayley III.

Abstract: The reality of domestic violence in Brazil has shown higher rates in relation to developed countries, therewith there was significant increase in the exposure of children in this context of violence caused by their father or partners of their mothers. From this information, this study had as objective to verify if the child development of babies and children was impacted by domestic violence suffered by your mothers, frequenter of the daycare centers in the ABC region of Greater São Paulo. The instruments used were: Bayley Scales of Infant Development 3rd Edition and sociodemographic questionnaire answered by 82 mothers and/or guardians. The results obtained in this study didn't show significant differences in the participants' development. Discussing the results, it was observed that the babies and children evaluated had in common the daily attendance of the daycare centers, recognizing as a hypothesis that the eight hours a day that the participants stayed in the daycare aggravated the impacts of domestic violence suffered by your mothers, providing conditions for children and babies to develop within the expected age group.

Keywords: Domestic Violence; Child Development; Bayley III.

1 Mestranda em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo - UMESP

2 Mestrando em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo - UMESP

3 Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo – USP. Mestre em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. Docente em Universidade Metodista de São Paulo – UMESP e em Universidade Católica de Santos – UNISANTOS.

4 Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo – USP. Mestre em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. Docente em Universidade Metodista de São Paulo – UMESP e Universidade Ibirapuera – UNIB.

Introdução

A organização mundial da saúde (OMS), estima que uma em cada três mulheres já sofreu por meio de seus cônjuges algum tipo de violência, seja de ordem física e/ou sexual. De acordo com a Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que visa a proteção e prevenção da mulher contra a violência doméstica e familiar, caracteriza como tal violência toda ação ou conduta que tenha como base o gênero e produza efeitos que resultem em morte, dano, sofrimento físico, sexual, psicológico, moral ou patrimonial (BRASIL, 2006).

A violência pode ser caracterizada como uma ação suscitada por indivíduos ou grupos, podendo ser apresentada nas seguintes formas: física, quando o indivíduo busca causar e/ou causa dano ao outro, utilizando de força física ou instrumentos que possam causar lesões; sexual, quando uma pessoa é obrigada a realizar práticas sexuais sem seu consentimento; psicológica, quando a ação ou omissão de um ato de uma pessoa promove dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento de outrem. Acrescenta-se que a cultura da sociedade determina, desde as formas de resolução dos conflitos, até quais são as mais ou menos violentas ações entre si (MINAYO, 2006; FROTA, MARTINS, GONÇALVES, SOUSA FILHO, CASIMIRO, 2011).

A violência é um problema social grave, que atinge a toda população, não se relacionando apenas às diferenças de classe, mas, se manifestando em relações interpessoais entre os indivíduos nas interações profissionais, sociais, familiares, entre outras, ignorando o direito de igualdade e liberdade de cada um (ADORNO, 1988). Trata-se de um fenômeno que ocorre em muitas instituições e setores da sociedade, e que se estende aos lares. Quando ocorre neste espaço, o fenômeno traz um aspecto peculiar, pois, a família e o lar deveriam promover saúde, transmitir bem-estar e segurança a seus membros. Diante da realidade atual dos níveis de violência doméstica, os lares têm sido vistos como instáveis e inseguros e, em alguns casos, são considerados prejudiciais ao desenvolvimento das crianças que presenciam essas situações de violências (BRONFENBERNER, 1998).

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, em texto publicado no ano de 2018 sob título “Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas”, foram registrados 62.517 homicídios no ano de 2016, o que corresponde a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, taxa que é, por exemplo, 30 vezes maior que a taxa de homicídios da Europa. No mesmo ano, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, destacando-se que nos últimos dez anos registrou-se aumento de 6,4% neste número. É frequente que a mulher vítima de assassinato já tenha sido vítima de violências tais como de gênero, psicológica, patrimonial, física ou sexual (IPEA, 2018).

Pode-se afirmar que muitas das mulheres que sofreram violência, encontravam-se fundamentalmente no papel de mães, dessa forma, faz-se necessário verificar o desenvolvimento das crianças vítimas dessa violência indireta. O desenvolvimento psicológico infantil ocorre simultânea e concomitantemente ao processo de amadurecimento físico e social, inclusive de forma interdependente. O bebê e a criança pequena percebem e apreendem com o ambiente em que está inserido, sendo sensível às experiências às quais está exposto, considerando, inclusive, a vida intrauterina (STILES, JERNIGAN, 2010; VERNY, WEINTRAUB, 2014). As experiências positivas e as negativas vivenciadas nestes períodos permanecem registradas na memória emocional durante a vida, e podem influenciar tanto o desenvolvimento emocional quanto o desenvolvimento cognitivo. (SEPTEMBER, RICH, ROMAM, 2016; VERNY, WEINTRAUB, 2014).

Muitos são os fatores determinantes do desenvolvimento infantil, incluindo fatores genéticos, ambientais e as experiências precoces, que influenciam o desenvolvimento do cérebro, sendo que, grande parte deste desenvolvimento ocorre antes do bebê completar três anos, considerando a primeira poda neuronal (APA, 2009; GARNER, SHONKOFF, 2012).

Alguns estudos que relacionaram o impacto da violência doméstica no desenvolvimento de bebês e crianças pequenas revelaram relação consistente entre o testemunho de violência e prejuízos no desenvolvimento infantil (RODRIGUES, VEIGA-BRANCO, RIBEIRO, ANTÃO, PRADA, 2017; KIMBAL, 2016; CATER, OVERLIEN, 2014). Quando a violência doméstica entre os pais expõe a criança constantemente como testemunha de situações de violência, aumenta o risco de problemas em seu desenvolvimento, nos níveis psicológico, emocional e social. As crianças submetidas à violência doméstica entre os pais têm risco aumentado para comportamentos agressivos, fracasso escolar e dificuldades nas relações sociais (RODRIGUES, VEIGA-BRANCO, RIBEIRO, ANTÃO, PRADA, 2017). Por outro lado, outros estudos informam que apesar de nociva a exposição à violência, as crianças tendem a minimizar seu impacto em outros espaços e outras relações, amortizando sua influência a longo prazo (CALLAGHAN, FELLIN, ALEXANDER, MAVROU, PAPATHANASSIOU, 2017).

O Ministério da Saúde (2012) ressaltou a importância do acompanhamento do desenvolvimento da criança como estratégia de promoção de saúde, proteção e detecção precoce de entraves no desenvolvimento que possibilitam prejuízos no decorrer da vida, melhorando assim, o prognóstico dessas crianças. As informações provenientes dos pais e da escola são indispensáveis e preconizam a avaliação objetiva de quatro grandes domínios do desenvolvimento, sendo eles as habilidades motoras, cognitivas e adaptativas, a linguagem e a habilidade social (AAFP, 2008; BARROS, VICTORIA, 2008; COELHO, REZENDE, 2007; DRACHLER, LEITE, 2004; DWORKIN, 1992; LEMOS, COSTA, AQUIME, COUTO, REIS JUNIOR, 2017).

Na última década evidenciou-se o crescente número de crianças de 0 a 3 anos de idade que frequentavam creches por longos períodos diários, entre 8h e 12 horas (IBGE, 2010). O direito de frequentar creches, entre outros direitos de crianças de 0 a 6 anos, inclusive o Marco Legal da Primeira Infância (BRASIL, 2016) foram consequência de um processo histórico de luta, incluindo movimentos sociais, setores públicos e privados que se organizaram para reivindicar a garantia destes direitos.

Frequentar creches por longos períodos, entretanto, impõe separações precoces e diárias ao bebê e sua mãe e, desta forma, a entrada da criança na creche relaciona-se com a primeira separação da criança com sua família. Ela é inserida em uma coletividade com limites e rotina preestabelecidos, sem que seja considerada em sua singularidade, havendo a ausência materna durante a maior parte do dia e o contato com pessoas novas. Este ambiente novo, esta mudança na rotina e na alimentação impõe ao bebê e à criança pequena, uma intensa exigência social e emocional (CAVAGGIONI, OLIVEIRA, BENINCASA, 2018).

Dessa forma, esse novo ambiente torna-se responsável pela rotina da criança, sendo sua responsabilidade gerenciar os horários, espaços e as atividades adequadas que promovam um desenvolvimento saudável para os bebês e crianças (CAVAGGIONI, OLIVEIRA, BENINCASA, 2018). A qualidade da creche pode interferir no desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança (BEE, 2003; LORDELO, CHALHUB, GUIRRA, CARVALHO, 2007). Há indícios de que o tempo de permanência na creche seja um fator que influencia o desenvolvimento da criança, no qual 8 horas diárias podem impactar positivamente o desenvolvimento do processamento sensorial; períodos superiores a 8 horas diárias podem ter efeitos negativos. (PEDROSA, CAÇOLA E CARVALHAL, 2015; CAVAGGIONI, OLIVEIRA, BENINCASA, 2018).

Objetivo

Investigar se o desenvolvimento infantil (nos aspectos cognitivo, linguagem, motor, socioemocional e comportamento adaptativo) é impactado pela violência doméstica sofrida pelas mães.

Método

Este estudo exploratório, transversal e com análises quantitativas é uma derivação da pesquisa intitulada “Desenvolvimento psicológico de bebês: uma comparação entre parto normal e cesárea eletiva”, coordenada pela Professora Dra. Miria Benincasa da Universidade Metodista de São Paulo, financiada pela FAPESP de N. 15/50503-4 e conveniada com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, com vigência de 01 de junho de 2016 a 31 de maio de 2018.

a) Amostra

As participantes foram escolhidas randomicamente, sendo selecionadas para amostra desse estudo, 82 crianças e mães de um banco de dados que continha informações de 640 crianças. Entre as 82 participantes, 41 mães relataram terem sofrido violência doméstica e 41 mães relataram não terem sofrido violência.

b) Local

As participantes estavam regularmente matriculadas nas creches municipais de uma cidade do Grande ABC. As coletas foram realizadas nas respectivas creches.

c) Procedimento de coleta e análise

Foi agendado um horário com o cuidador para aplicação da escala e preenchimento do questionário sociodemográfico. Os participantes selecionados para o presente estudo foram divididos em duas categorias, sendo cada uma delas com 41 participantes. A primeira categoria tratou das mães que relataram terem sofrido violência doméstica, considerando violência física, psicológica e sexual; já a segunda categoria tratou das mães que relataram não terem sofrido violência.

Para a análise dos dados obtidos, foi utilizado o software Statistical Package for the Social Sciences – SPSS version 21. Foi realizada a comparação das categorias utilizando o Teste T-Student, sendo este um teste paramétrico usado para comparar dois grupos independentes, a partir das médias destes grupos (FEIJOO, 2010).

d) Instrumentos

d. 1) Escala de desenvolvimento infantil Bayley III

É reconhecida internacionalmente como padrão ouro para avaliação do desenvolvimento infantil, sendo capaz de analisar os aspectos do desenvolvimento tanto qualitativamente quanto quantitativamente (VIANA, ANDRADE, LOPES, 2014). Este instrumento é considerado adequado para avaliar crianças de 15 dias a 42 meses de idade que apresentem ou não deficiências. Conforme destaca Rodrigues (2012), fornece resultados válidos, sendo capaz de avaliar cinco aspectos do desenvolvimento infantil: cognitivo, motor, linguístico, socioemocional e comportamento adaptativo (este último composto por 10 itens: comunicação, uso comunitário, conhecimento pré acadêmico, saúde e segurança, lazer, auto cuidado, auto direcionamento, vida domiciliar, social e motor). Trata-se de um instrumento lúdico, flexível, de

fácil aplicação e que, além disso, detecta atrasos no desenvolvimento infantil, fornecendo fundamental subsídio para planejar ações, realizar intervenções e fornecer orientação aos pais, quando há necessidade de intervenção (BAYLEY, 2006a).

d.2) Questionário sociodemográfico

Tratava-se de um questionário composto por 75 perguntas objetivas e abertas, a fim de obter maiores informações sobre a criança. Constavam questões sobre dados pessoais, ocupacionais e financeiros, além de outras relacionadas à gravidez, parto e pós-parto e sobre a saúde e o desenvolvimento do bebê, sendo este, preenchido pelo cuidador. Esse questionário foi elaborado pela coordenadora do projeto, a Profa. Dra Miria Benincasa, com a participação das integrantes do grupo de pesquisa.

e) Ética

A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em Pesquisa (No. 1.339.889), tendo sido apresentado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, para as instituições que aceitaram participar da pesquisa, como também para os responsáveis das crianças participantes.

Resultados

Os resultados deste estudo foram apresentados, inicialmente, pela caracterização da amostra e, posteriormente, pela descrição das categorias, conforme as tabelas 1 e 2 abaixo:

Tabela 1: Caracterização sociodemográfica das mães

Idade	De 15 até 25	12	15%
	De 26 até 35	43	52%
	De 36 até 40	19	23%
	Acima de 41 anos	07	9%
	Não responderam	01	1%
Grau de Escolaridade	Médio Incompleto	12	15%
	Médio Completo	42	51%
	Superior Completo	20	24%
	Pós-Graduação	07	9%
	Não responderam	01	1%
Renda Familiar	Até um salário mínimo	10	12%
	Até 3 salários mínimos	47	57%
	Até 5 salários mínimos	16	20%
	Mais que 5 salários mínimos	08	10%
	Não responderam	01	1%
Estado Civil	Solteira	16	20%
	Casada/Amasiada	59	72%
	Separada/Divorciada	06	7%
	Outros	01	1%

Fonte: Elaborado pelos autores

A Tabela 1 representa a distribuição da amostra das 82 mães ou responsáveis participantes deste estudo, em relação à idade, grau de escolaridade, renda familiar e estado civil. Observou-se que as mães ou

responsáveis tinham idades entre 15 e 60 anos, sendo que 52% da amostra tinha idade entre 26 e 35 anos. O nível de escolaridade predominante foi o ensino médio completo, representado por 51% da amostra; 24% da amostra possuía graduação de terceiro grau. Em relação a renda familiar, 57% dos participantes responderam que recebiam até 3 salários mínimos. No tocante ao estado civil, 72% da amostra era casada ou amasiada, 20% solteira, 7% separada/divorciada e 1% não respondeu à pergunta ou assinalou como outros.

Tabela 2: Caracterização sociodemográfica dos bebês

Sexo	Masculino	41	50%
	Feminino	41	50%
Idade	6 meses a 11 meses e 29 dias	11	13%
	12 meses a 17 meses e 29 dias	08	10%
	18 meses a 23 meses e 29 dias	17	21%
	24 meses a 30 meses e 29 dias	16	20%
	31 meses a 36 meses e 29 dias	22	27%
	37 meses a 42 meses e 15 dias	08	10%

Fonte: Elaborado pelos autores

A tabela 2 representa a caracterização da amostra dos bebês participantes da referida pesquisa; nota-se que 50% dos bebês eram do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Destaca-se que 27% da amostra eram de bebês com idade entre 31 e 36 meses e 29 dias.

Em relação as análises realizadas a partir do SPSS, onde foram comparadas o grupo 1 (mães que relataram terem sofrido violência doméstica) com o grupo 2 (mães que relataram não terem sofrido violência doméstica), não houve, como resultado, diferenças significativas entre os dois grupos estudados. A partir do teste T de Student, pode-se observar que houve semelhanças entre os grupos, no tocante às médias encontradas nos aspectos referentes ao desenvolvimento infantil nos domínios cognitivo, linguagem, motor, socioemocional e do comportamento adaptativo.

Discussão

Primeiramente é necessário destacar que o presente estudo possui limitações, a considerar a singularidade da população estudada, haja vista que todas as crianças eram frequentadoras de creches municipais de uma cidade específica da região do Grande ABC, no estado de São Paulo. Outra importante consideração é a de foi estudado apenas a primeira infância desta geração de crianças. Baseado nessas limitações, não é possível generalizar os resultados obtidos para além do grupo pesquisado.

Os resultados do presente estudo revelaram não haver diferenças significativas no desenvolvimento infantil das crianças filhas de mães que relataram terem sido vítimas de violência doméstica, em relação às mães que relataram não terem sido vítimas de violência doméstica.

O resultado apresentou-se contrário à maior parte dos estudos encontrados sobre o tema, em que há constante afirmação de prejuízos no desenvolvimento infantil, especificamente psicológico e social, de crianças expostas à violência doméstica (RODRIGUES, VEIGA-BRANCO, RIBEIRO, ANTÃO, PRADA, 2017; KIMBAL, 2016; CATER, OVERLIEN, 2014). O estudo de Cater e Overlien (2014) forneceu instruções e informações éticas sobre como abordar e conduzir pesquisas com crianças expostas à violência doméstica para não gerar

maiores prejuízos em seu desenvolvimento. O estudo de Callaghan, Fellin, Alexander, Mavrou e Papathanassiou (2017), entretanto, teve resultados semelhantes aos apresentados nesta pesquisa. Os autores verificaram que a capacidade de reflexão das crianças, os momentos de cuidado que recebiam, a tolerância vivida com os pais e a rotina em outros espaços acolhedores, além de sua própria casa, foram capazes de minimizar este impacto. Verificou-se resultados semelhantes neste estudo, a ponto de que foi possível inferir que a creche era o principal agente catalizador e neutralizador dos riscos, que a violência doméstica seria capaz de oferecer às crianças estudadas.

Dessa forma, foi possível ressaltar a importância das creches diante desse cenário de aumento da violência doméstica na sociedade, que impactava na organização e estrutura familiar dos membros que vivenciavam e conviviam com esse fenômeno em seu cotidiano. Considerando que as crianças permaneceram longos períodos diários no contexto estruturado de instituições de educação infantil, que lhes ofereciam uma rotina com limites ao comportamento, regras sociais, cuidados básicos, proteção, atenção e segurança (LEMOS, COSTA, AQUIME, COUTO, REIS JUNIOR, 2017; OLIVEIRA, PECCIN, 2016), verificou-se que a influência das creches na formação do indivíduo é indiscutível. Desse modo, como constatou-se neste estudo, estes espaços favoreceram o desenvolvimento psicológico de bebês e crianças pequenas, auxiliando e amparando o processo de constituição enquanto sujeitos. Ao contar com o suporte da creche, foi possível à criança se desenvolver de maneira adequada, a partir de experiências positivas, prazerosas e construtivas de vida, essenciais para a formação do sujeito. Tais experiências ficam registradas na memória emocional durante a vida, influenciando o desenvolvimento emocional e cognitivo, circunstância esta que vai ao encontro das ideias propostas por September, Rich e Romam (2015) e Verny e Weintraub (2014).

Considerando o público estudado nesta pesquisa, as circunstâncias e limitações das famílias participantes e do próprio estudo, verificou-se que os resultados foram similares àqueles encontrados por Ferrioli, Marturano e Puntel (2007); Cavaggioni, Oliveira e Benincasa (2018); Callaghan, Fellin, Alexander, Mavrou e Papathanassiou (2017). Nestes, crianças inseridas em contextos com rotinas diárias possuíam maior probabilidade de internalizar regras e respeitar limites, ainda que esta rotina estivesse na creche e não em suas famílias, uma vez que no ambiente doméstico não havia quem exercesse tal papel, nem desempenhe tal função. Por outro lado, a existência de espaços compensatórios e saudáveis, além de experiências positivas com os genitores, apesar dos episódios de violência, puderam incidir de maneira positiva no desenvolvimento das crianças, neutralizando episódios prejudiciais da violência, já tão consolidados pela literatura (RODRIGUES, VEIGA-BRANCO, RIBEIRO, ANTÃO, PRADA, 2017; KIMBAL, 2016; CATER, OVERLIEN, 2014). Ainda assim, é necessário ressaltar que os resultados deste estudo não pretendem questionar a importância da família como estrutura primária no desenvolvimento infantil, sendo ela responsável pela formação do indivíduo, ajudando-o a se desenvolver e a reconhecer seu papel no mundo (CURY, 2003). A proposta foi justamente outra, de apontar as instituições infantis de educação como uma possibilidade de parceria na promoção de saúde.

De acordo com a Constituição Federal do Brasil (1988, Art. 226) “A família é a base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) consagra no artigo 19 que “toda criança ou adolescente tem o direito de ser criado e educado no seio da sua família”. Dessa forma, salientou-se o papel da família no desenvolvimento infantil. Entretanto, perante o aumento da violência doméstica nas famílias atuais, pudemos verificar alterações nas relações dentro do ambiente domiciliar, influenciadas por episódios de violências, que por vezes impactaram a criança que se tornou vítima indireta

dessa violência. Por outro lado, o Marco Legal da Primeira Infância (BRASIL, 2016), propõe a expansão da educação infantil, assegurando a qualidade das instalações, equipamentos, padrões de infraestrutura definidos pelo Ministério da Educação, profissionais qualificados e materiais pedagógicos adequados.

Diante desta realidade, a creche tornou-se mediadora desses conflitos. Devido a sua estruturação de rotina diária e dinâmica, tornou-se um ambiente facilitador e propício para o desenvolvimento infantil, sendo favorável e acolhedor para as crianças que vivenciaram no ambiente doméstico, tais situações de conflito. Com efeito, ressalta-se a mudança de conceito enfrentado sobre desenvolvimento da primeira infância e educação infantil. Enquanto, historicamente, consideraram-se os lares e a vida doméstica como a mais adequada, atualmente, observa-se que a creche fornece benefícios similares e, alguns casos, como nos resultados desta pesquisa, superiores para o desenvolvimento das crianças (LEMOS, COSTA, AQUIME, COUTO, REIS JUNIOR, 2017; AMORIM, VITORIA, ROSSETI-FERREIRA, 2000; OLIVEIRA, PECCIN, 2016).

No Brasil, a creche já foi considerada como de caráter assistencialista e filantrópico, servindo para combater a pobreza e a mortalidade infantil, associadas a situações e desestruturação familiar, tornando-se um local seguro e que visava também os cuidados físicos da criança (LEMOS, COSTA, AQUIME, COUTO, REIS JUNIOR, 2017; OLIVEIRA, PECCIN, 2016). Nos últimos anos, as creches tornaram-se uma alternativa viável aos cuidados infantis, também provedora do desenvolvimento social (OLIVEIRA, ROSSETTI-FERREIRA, 1986; AMORIM, VITORIA, ROSSETI-FERREIRA, 2000). A creche, como foi possível observar nesta pesquisa, foi um importante neutralizador dos riscos gerados pela violência doméstica. É necessário destacar, entretanto, que não houve controle de outros equipamentos sociais e de assistência que puderam contribuir para estes resultados, tais como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e seus programas e equipamentos de assistência, ou seja, o trabalho em rede.

Diante do grande número de casos de violência doméstica, tendo como objetivo a proteção da criança, impõe-se o desenvolvimento de práticas em rede de assistência que abordem tanto o desenvolvimento quanto a segurança infantil. O primeiro passo nesse processo é entender as diferenças entre os casos envolvidos com violência doméstica e outras formas de maus-tratos. A implementação de um modelo de serviço de resposta diferencial oferece uma oportunidade para comparar classificações de avaliação de risco, intervenções qualificadas e encaminhamentos adequados (ALAGGIA, GADALLA, SHLONSKY, JENNEY, DACIUK, 2015). No Brasil, este trabalho em rede que engloba as áreas da saúde, educação, assistência social e jurídica, ainda está em processo de construção, embora muita já tenha sido caminhado neste sentido.

Considerações finais

A primeira infância é de extrema importância para o desenvolvimento infantil, considerando os aspectos cognitivo, afetivo, social e psíquico. Inserir crianças em um ambiente propiciador desse desenvolvimento torna-se fundamental para promover seu desenvolvimento. Dessa forma, na ausência de um ambiente domiciliar que propicie tais condições, as creches assumem esse papel e garantem também a realização das tarefas relacionadas à higiene, saúde e segurança.

A partir do presente estudo, pode-se observar a importância do serviço público de creches e escolas, em nossa sociedade, haja vista seu valor social para a comunidade, e, sobretudo, a ação benéfica de cunho psicossocial nas famílias, que, por meio destas, puderam preservar e mesmo garantir, o desenvolvimento

biopsicossocial de seus filhos. Apesar desse estudo não ter tido o propósito de avaliar a qualidade das instituições de ensino participantes, verificou-se que a neutralização dos riscos ao desenvolvimento de crianças e bebês expostos à violência doméstica foi fruto da proteção proporcionada pela estrutura e pela qualidade do serviço que estava sendo oferecido. Destaca-se que as rotinas, como a imposição de limites e regras, foram fundamentais para o desenvolvimento psicossocial das mesmas.

Nesse sentido, pode-se considerar a creche como um serviço de apoio social às crianças vítimas indiretas de violência. É necessário que haja criação e utilização de outros serviços de referência (saúde, educação, justiça, assistência social, etc). que acolham as famílias e auxiliem na estruturação das mesmas, tornando os ambientes adequados para o pleno desenvolvimento infantil e compensando os riscos oferecidos por outros espaços. Os resultados do presente estudo inferiram e apontaram para a capacidade da creche de neutralizar os riscos psicossociais oriundos da família. Estes resultados suscitaram questões sobre os recursos e subsídios oferecidos aos professores, coordenadores e diretores de instituições de ensino para lidar com realidades tão adversas.

É importante que novos estudos sejam realizados sobre as relações entre violência doméstica e desenvolvimento infantil, inclusive estudos longitudinais, uma vez considerado as limitações do presente estudo, como a singularidade da população devido a localidade e, por ser um estudo transversal, que considerou apenas a primeira infância.

Referências

ADORNO, S. **Violência e educação**. São Paulo, 1988.

ALAGGIA, R.; GADALLA, T. M.; SHLONSKY, A; JENNEY, A. DACIUK, J. Does differential response make a difference: examining domestic violence cases in child protection services. **Child and Family Social Work**, v. 20, p. 83-95, 2015.

AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS. Policy statement - the future of pediatrics: mental health competencies for pediatric primary care. **Pediatrics**, v. 124, p. 410-421, 2009.

BARROS, F. C., VICTORA, C. G. Maternal-child health in Pelotas, Rio Grande do Sul State, Brazil: major conclusions from comparisons of the 1982, 1993, and 2004 birth cohorts. **Cadernos de Saúde Pública [online]**, v. 24, n. 3, p. 11-27, 2008.

BAYLEY, N. **Bayley scales of infant and toddler development**: Technical manual third edition. New York: Psychcorp, 2006.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, p. 292, 1988.

BRASIL. **Lei n. 11.340**. Brasília, de 07 de agosto de 2006. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

BRASIL. **Lei n. 13.257**, de 8 de março de 2016. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). **Lei 8069**, Brasília, 13 de julho de 1990.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. The ecology of developmental processes. In: Damon W., Lerner R., editors. **Handbook of child psychology**. New York: Wiley. v. 1, p. 993-1028, 1998.

CALLAGHAN, J.; FELLIN, L.; ALEXANDER, J.; MAVROU, S.; PAPATHANASSIOU, M. Children and domestic violence: emotional competencies in embodied and relational contexts. **Psychology of Violence**, v. 7, n. 3, p. 333-342, 2017.

CATER, A.; OVERLIEN, C. Children exposed to domestic violence: a discussion about research ethics and researchers' responsibilities, **Nordic Social Work Research**, v. 4, n. 1, p. 67-79, 2014.

CAVAGGIONI, A. P. M.; OLIVEIRA, M. C. T.; BENINCASA, M. Metodologia IRDI nas creches: relato de experiência na rede pública e privada. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 39, n. 1, p. 5-20, 2018.

COELHO, Z. A. C.; REZENDE, M. B. **Atraso no Desenvolvimento**. Terapia Ocupacional Fundamentação e Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

CURY, C. R.; GOLFETO, J. H. Strengths and difficulties questionnaire (SDQ): a study of school children in Ribeirão Preto. **Rev Bras Psiquiatr**. v. 25, p. 139-45, 2003.

DE SOUZA AMORIM, K.; VITORIA, T.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Rede de significações: perspectiva para análise da inserção de bebês na creche. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 109, p. 115-144, 2000.

DRACHLER, M. L.; LEITE, J. C. C. Promoção e proteção do desenvolvimento da criança. In: DUNCAN, B. et al. **Medicina ambulatorial: condutas clínicas em atenção primária**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DWORKIN, M. D. P. H. **Primeira Infância**. In: GREEN, M.; HAGGERTY, R. J. *Pediatria ambulatorial*. Green M., Haggerty, R.J. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

FEIJOO, AMLC. **A pesquisa e a estatística na psicologia e na educação [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

FERRIOLLI, S. H. T.; MARTURANO, E. M.; PUNTEL, L. P. Contexto familiar e problemas de saúde mental infantil no Programa Saúde da Família. **Rev. Saúde Pública, São Paulo**, v. 41, n. 2, p. 251-259, 2007.

FROTA, M. A.; MARTINS, H. F. C.; GONÇALVES, L. M. P., SOUSA FILHO, O. A.; CASIMIRO, C. F. Percepção da criança acerca da agressão física intrafamiliar. **Cienc Cuid Saude**, v. 10, n. 1, p. 044-050, 2011.

GARNER, A. S.; SHONKOFF, J. P. Early childhood adversity, toxic stress, and the role of the pediatrician: translating developmental science into lifelong health. **Pediatrics**, v. 129, n. 1, p. 224-231, 2012.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA. **Censo demográfico**, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, Atlas da Violência. IPEA: Brasília, 2018. Acessado em 08/11/18. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos**, p. 494, 2018.

KIMBALL, E. J. Edleson Revisited: Reviewing Children's Witnessing of Domestic Violence 15 Years Later. **Fam Viol** ., v. 31, p. 625, 2016.

LEMOS, F. C. S.; COSTA, N. D. F.; AQUIME R. H.; COUTO, M. B. B.; REIS JUNIOR, L. P. UNICEF, infância, educação e práticas de proteção de direitos no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 51, n. 2, p. 388-404, 2017.

LORDELO, E. R.; CHALHUB, A. A.; GUIRRA, R. C.; CARVALHO, C. S. Contexto e desenvolvimento cognitivo: frequência à creche e evolução do desenvolvimento mental. **PsicolReflex. Crit**, v. 20, n. 2, p. 324-334, 2007.

MILANI, R. G.; LOUREIRO, S. R. Famílias e violência doméstica: condições psicossociais pós ações do conselho tutelar. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 50-67, 2008.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde [online]**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006

- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadernos de atenção básica. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. Brasília, 2012.
- OLIVEIRA, C.; PECCIN, L. A. Entre a teoria e a prática: construindo caminhos e possibilidades de trabalho na creche. **Revista Saberes Universitários**, v. 1, n. 1, p. 41-49, 2016.
- OLIVEIRA, Z. M. R.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Propostas para o atendimento em creches no Município de São Paulo: histórico de uma realidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 56, p. 39-65, 1986.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. OMS/WHO, 1946.
- PEDROSA, C.; CAÇOLA, P.; CARVALHAL, M. I. M. M. Factors predicting sensory profile of 4 to 18 month old infants. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 33, n. 2, p. 160-166, 2015.
- RODRIGUES, C.; VEIGA-BRANCO, A.; RIBEIRO, M. I.; ANTÃO, C.; PRADA, A. R. R. Domestic violence and child development – systematic literature review. 6th **ENSEC Conference**. Estocolmo, 2017.
- RODRIGUES, O. M. P. R. Escalas de desenvolvimento infantil e o uso com bebês. **Educar em Revista** (Curitiba), v. 43, p. 81-100, 2012.
- SEPTEMBER, S. J.; RICH, E. G.; ROMAN, N. V. The role of parenting styles and socio-economic status in parents' knowledge of child development. **Early Child Development and Care**, v. 186, p. 1060-1078, 2016.
- STILES, J.; JERNIGAN, T. L. The Basics of Brain Development. **Neuropsychol Review**, v. 20, p. 327-348, 2010.
- VERNY, T. R.; WEINTRAUB, P. **O bebê do amanhã**. São Paulo: Barany, 2014.
- VIANA, T. P.; ANDRADE, I. S. N.; LOPES, A. N. M. Desenvolvimento cognitivo e linguagem em prematuros. **AudiolCommun Res**, v. 19, n. 1, p. 1-6, 2014.
- YUNES, M. A. M.; SYMANSKI, H. **Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas**. In: J. Tavares (Ed.), *Resiliência e educação*, p. 13-42, 2001. São Paulo: Cortez.